

Grupo do PMDB perde briga

Antonio Carlos Campos

A reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), marcada para ontem às 15h00, teve início com uma hora de atraso, devido à inesperada chegada ao Ministério da Fazenda de um grupo composto de sete parlamentares que foram protestar contra a inclusão na pauta do projeto para conversão da dívida externa em investimentos de risco. Das 15h00 às 16h00, quando então a reunião teve início, o grupo se reuniu com o ministro Bresser Pereira e com o presidente

Milliet, apresentando suas objeções à proposta. Ele era composto por seis deputados do PMDB — Rose de Freitas, Paulo Ramos, Wilson de Souza, Vicente Bogo, Haroldo Sabóia e Nelson Friedrich — e um do PDT, Lysâneas Maciel.

O argumento básico do grupo de parlamentares para protestar contra a inclusão da proposta de conversão da dívida externa na pauta do CMN era de que o assunto foi objeto de um projeto de decisão, aprovado pela Comissão de Sistematização da Constituinte, que vedava sua aprovação no território nacional. Além disso, conforme um curto documento que entregaram ao Ministro da Fazenda, o grupo advertia que a última convenção nacional do PMDB — “partido a que pertence o exmo. sr. ministro”, frisa o documento — deliberou que o processo de conversão da dívida obedeceria a normas a serem estabelecidas pelo Congresso Nacional.

Nada de novo

Bresser e Milliet contra-argumentaram que a proposta de conversão, que seria aprovada duas horas depois pelo CMN contra o protesto dos parlamentares, apenas aperfeiçoava as regras já existentes sobre a questão. “Não inventamos nada de novo, apenas aperfeiçoamos um sistema que vinha permitindo grande repatriação de capital (retorno de investimentos ao país de origem) e procuramos estancar esse problema, ao mesmo tempo em que abrimos um horizonte novo para o

desenvolvimento do País na geração de empregos e produção”, afirmou ao final da reunião o presidente do Banco Central.

Tanto Bresser quanto Milliet observaram aos parlamentares que era dever deles, como autoridades monetárias, evitar que o processo de repatriação de capital de desinvestimento prosseguisse. “Ademais, não podemos permitir a paralisação da economia do País à espera da conclusão dos trabalhos da Constituinte, que consideramos soberana e estamos dispostos a acatar sua decisão final”, acrescenta-

Desligamento

O risco de paralisa da produção e aumento do desemprego, gerados pelo processo de desinvestimentos na economia, foi reiterado aos conselheiros pelo ministro Bresser Pereira tão logo abriu os trabalhos do CMN, defendendo a conversão.

Os parlamentares deixaram o Ministério da Fazenda conscientes de que o CMN aprovaria, contra suas objeções, o projeto de conversão da dívida externa em investimentos diretos. Inconformados, alguns deles, prometeram pedir à direção nacional do PMDB o desligamento do ministro Bresser Pereira, pelo que consideram ter sido uma afronta a uma decisão da convenção nacional do partido.

A proposta de conversão da dívida externa foi o único ponto polêmico da reunião de ontem do CMN, que não registrou outros incidentes ou discussões mais ásperas. Apenas não se entendeu bem, entre os conselheiros, a atitude do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que pediu vistas — e logo em seguida retirou o pedido — do voto que permitiu o alongamento dos prazos de financiamentos às empresas, através de aplicação de parte do recolhimento compulsório dos bancos. “Eu queria apenas entender melhor essa proposta”, disse Pazzianotto, na reunião, dando-se por satisfeito quando o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, fez uma ligeira explanação sobre os objetivos do voto relativo ao alongamento dos financiamentos.